

PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO
Cargos 06 a 08, 11 a 14, 16 a 25, 29 a 35, 39, 41 a 45

INSTRUÇÃO: As questões de **21** a **27** estão baseadas no texto da Constituição da República.

QUESTÃO 21

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que a lei lhe der, assegurados a plenitude da defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos, a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- b) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 22

Leia os enunciados abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**, à luz da Constituição da República:

- I. Conceder-se-á _____ para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica.
 - II. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime militar, definidos em lei _____.
 - III. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado. A prisão ilegal será imediatamente _____.
 - IV. Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a _____, com fiança.
- a) O item I se completa com "mandado de segurança" e contém enunciado correto. O item II está correto e não demanda complemento algum. O item III requer o complemento "relaxada pela autoridade judiciária". O item IV requer o complemento "liberdade provisória".
 - b) O item I tem redação incorreta, embora trate do mandado de injunção, que completa a lacuna. O item II se completa com a qualificação "complementar". O item III requer o complemento "suspensa pela autoridade judiciária". O item IV requer o complemento "liberdade condicional".
 - c) O item I se completa com "mandado de segurança" e contém enunciado correto. O item II está correto e não demanda complemento algum. Quando a Constituição não qualifica a lei a que se refere, a interpretação é de que se trata de lei ordinária. O item III requer o complemento "suspensa pelo juiz". O item IV requer o complemento "liberdade provisória".
 - d) O item I se completa com "mandado de segurança" e contém erro no que se refere ao espectro ampliado de agentes, em comparação com o texto constitucional, que é mais restritivo. O item II está correto e não demanda complemento algum. O item III requer o complemento "relaxada pela autoridade judiciária". O item IV requer o complemento "liberdade provisória".

QUESTÃO 23

Leia os enunciados abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**, à luz da Constituição da República:

- I. Qualquer cidadão é parte legítima para propor _____ que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor sempre isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - II. Qualquer membro do Ministério Público é parte legítima para propor _____ que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor sempre isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - III. Qualquer cidadão é parte legítima para propor _____ que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, com a ressalva constitucionalmente prevista.
 - IV. Qualquer cidadão é parte legítima para propor _____ que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural e à economia popular, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, com a ressalva constitucionalmente prevista.
 - V. Qualquer cidadão é parte legítima para propor _____ que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural e à economia popular, ficando o autor sempre isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- a) Os itens acima se referem à ação civil pública e o único enunciado correto é o do item II.
 - b) Os itens acima se referem à ação popular e o único enunciado correto é o do item III.
 - c) Os itens acima se referem à ação popular e o único enunciado correto é o do item V.
 - d) Os itens acima se referem à ação popular e todos os enunciados contêm incorreção.

QUESTÃO 24

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia, assessoramento e consultoria.
- d) Ressalvados os casos especificados na legislação, obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

QUESTÃO 25

Assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- b) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- c) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas de capital em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.
- d) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados por subsídio fixado ou alterado por lei específica, de iniciativa de qualquer dos poderes, em parcela única, com o respectivo acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória própria de cada instituição.

QUESTÃO 26

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, **EXCETO**:

- a) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- b) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.
- d) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do dispositivo anterior.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.
- b) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono ou prêmio, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.
- c) O detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.
- d) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado, os Secretários Estaduais e Municipais e os dirigentes de entidade da administração indireta dos três entes federativos serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

INSTRUÇÃO: As questões de **28** a **38** estão baseadas no texto da Lei Complementar estadual nº 34/94.

QUESTÃO 28

Assinale a afirmativa **inteiramente CORRETA**:

- a) O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador do Estado, entre os Procuradores de Justiça com o mínimo de 20 (vinte) anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento. A eleição para a formação da lista tríplice far-se-á mediante voto obrigatório e plurinominal de todos os integrantes da carreira. A eleição supracitada será regulamentada pela Câmara de Procuradores de Justiça e deverá ocorrer no 2º (segundo) dia útil do mês de novembro dos anos ímpares, vedado o voto por procuração. A Comissão Eleitoral será indicada pela Câmara de Procuradores de Justiça, cabendo-lhe encaminhar a lista tríplice ao Procurador-Geral de Justiça logo que encerrada a apuração. Os 3 (três) candidatos mais votados figurarão em lista, e, em caso de empate, incluir-se-á o mais antigo na instância, observando-se, caso necessário, os demais critérios de desempate previstos no art. 185, parágrafo único.
- b) O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador do Estado, entre os Procuradores de Justiça com o mínimo de 10 (dez) anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento. A eleição para a formação da lista tríplice far-se-á mediante voto obrigatório e plurinominal de todos os integrantes da carreira. A eleição supracitada será regulamentada pela Câmara de Procuradores de Justiça e deverá ocorrer no 2º (segundo) dia útil do mês de novembro dos anos ímpares, vedado o voto por procuração. A Comissão Eleitoral será indicada pela Câmara de Procuradores de Justiça, cabendo-lhe encaminhar a lista tríplice ao Procurador-Geral de Justiça logo que encerrada a apuração. Os 3 (três) candidatos mais votados figurarão em lista, e, em caso de empate, incluir-se-á o mais antigo na instância, observando-se, caso necessário, os demais critérios de desempate previstos no art. 180, parágrafo único.
- c) O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador do Estado, entre os Procuradores de Justiça com o mínimo de 10 (dez) anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento. A eleição para a formação da lista tríplice far-se-á mediante voto obrigatório e plurinominal de todos os integrantes da carreira. A eleição supracitada será regulamentada pela Câmara de Procuradores de Justiça e deverá ocorrer no 2º (segundo) dia útil do mês de janeiro dos anos ímpares, vedado o voto por procuração. A Comissão Eleitoral será indicada pela Câmara de

Procuradores de Justiça, cabendo-lhe encaminhar a lista tríplice ao Procurador-Geral de Justiça logo que encerrada a apuração. Os 3 (três) candidatos mais votados figurarão em lista, e, em caso de empate, incluir-se-á o mais antigo na instância, observando-se, caso necessário, os demais critérios de desempate previstos no art. 180, parágrafo único.

- d) O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador do Estado, entre os Procuradores de Justiça com o mínimo de 10 (dez) anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento. A eleição para a formação da lista tríplice far-se-á mediante voto obrigatório e plurinominal de todos os integrantes da carreira. A eleição supracitada será regulamentada pela Câmara de Procuradores de Justiça e deverá ocorrer no 2º (segundo) dia útil do mês de novembro dos anos ímpares, vedado o voto por procuração. A Comissão Eleitoral será indicada pela Câmara de Procuradores de Justiça, cabendo-lhe encaminhar a lista tríplice ao Procurador-Geral de Justiça logo que encerrada a apuração. Os 3 (três) candidatos mais votados figurarão em lista, e, em caso de empate, incluir-se-á o mais antigo na instância, observando-se, caso necessário, os demais critérios de desempate previstos no art. 185, parágrafo único.

QUESTÃO 29

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) O Procurador-Geral de Justiça encaminhará ao Governador do Estado a lista tríplice com indicação do número de votos obtidos, em ordem decrescente, até o dia seguinte àquele em que a receber.
- b) O Procurador-Geral de Justiça terá prerrogativas e representação de Secretário de Estado, observado, ainda, o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, e nos arts. 24, § 1º, 32, "caput", e 125, I, "c", da Constituição Estadual.
- c) Caso o Governador do Estado não efetive a nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos 20 (vinte) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o Procurador de Justiça mais votado, para o exercício do mandato.
- d) O Procurador-Geral de Justiça tomará posse perante o Governador do Estado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da nomeação, ressalvado o disposto em preceito desta lei, e entrará em exercício, em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, no primeiro dia útil seguinte.

QUESTÃO 30

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) Em caso de suspeição, o Procurador-Geral de Justiça será substituído pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância.
- b) Ocorrendo a vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça, assumirá interinamente o Procurador de Justiça mais antigo na instância, e será realizada nova eleição, em 30 (trinta) dias, para o preenchimento do cargo, na forma do respectivo edital.
- c) O cargo de Procurador-Geral de Justiça será exercido pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância se a vacância se der nos últimos 6 (seis) meses do mandato. Nesse caso, o sucessor deverá completar o período de mandato de seu antecessor.
- d) O Procurador-Geral de Justiça será substituído, automaticamente, em seus afastamentos, ausências e impedimentos temporários, pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo e pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, observado o disposto no artigo 89, § 4º, desta Lei.

QUESTÃO 31

Assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído do cargo pelo Governador do Estado, após deliberação da maioria absoluta da Assembléia Legislativa, nos casos de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa, ou condenação por infração apenada com reclusão, em decisão judicial transitada em julgado.
- b) O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído do cargo por deliberação da maioria absoluta da Assembléia Legislativa, nos casos de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa, ou condenação por infração apenada com reclusão, em decisão judicial transitada em julgado.
- c) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Tribunal de Contas, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno efetivado pelas superintendências administrativa, de finanças, de planejamento e coordenação e de auditoria interna, mediante comissão integrada por servidores efetivos do quadro de carreira da instituição.

- d) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente, entre outras atribuições, praticar atos próprios de gestão; praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios; elaborar suas folhas de pagamento e expedir os demonstrativos correspondentes; adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização e propor ao Poder Executivo a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares e a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa que contém a relação **completa** e **inteiramente CORRETA** de órgãos do Ministério Público:

a)

I - DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR:

a Procuradoria-Geral de Justiça; o Colégio de Procuradores de Justiça; o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público;

II - DE ADMINISTRAÇÃO:

as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça;

III - DE EXECUÇÃO:

os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça;

IV - AUXILIARES:

os Centros de Apoio Operacional; a Comissão de Concurso; o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e os órgãos de apoio administrativo e de assessoramento.

b)

I - DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR:

a Procuradoria-Geral de Justiça; o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.

II - DE ADMINISTRAÇÃO:

as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça;

III - DE EXECUÇÃO:

o Procurador-Geral de Justiça; o Conselho Superior do Ministério Público; os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça;

IV - AUXILIARES:

a Corregedoria-Geral do Ministério Público; os Centros de Apoio Operacional; a Comissão de Concurso; o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e os órgãos de apoio administrativo e de assessoramento.

c)

I - DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR:

a Procuradoria-Geral de Justiça; o Colégio de Procuradores de Justiça; o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público;

II - DE ADMINISTRAÇÃO:

as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça;

III - DE EXECUÇÃO:

o Procurador-Geral de Justiça; o Conselho Superior do Ministério Público; os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça;

IV - AUXILIARES:

os Centros de Apoio Operacional; a Comissão de Concurso; o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; os órgãos de apoio administrativo e de assessoramento e os estagiários.

d)

I - DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR:

a Procuradoria-Geral de Justiça; o Colégio de Procuradores de Justiça; o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público;

II - DE ADMINISTRAÇÃO:

as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça;

III - DE EXECUÇÃO:

o Procurador-Geral de Justiça; os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça;

IV - AUXILIARES:

os Centros de Apoio Operacional; a Comissão de Concurso; o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; os órgãos de apoio administrativo e de assessoramento e os estagiários.

QUESTÃO 33

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) A Procuradoria-Geral de Justiça, órgão de direção superior do Ministério Público, que funcionará em sede própria, será chefiada pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) O Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público e os ocupantes de cargos de confiança da Administração Superior do Ministério Público, para concorrerem à formação da lista tríplice, deverão renunciar aos respectivos cargos até 6 (seis) meses antes da data fixada para a eleição.
- c) O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador do Estado, entre os Procuradores de Justiça com o mínimo de 10 (dez) anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.
- d) A eleição para a formação da lista tríplice far-se-á mediante voto obrigatório e plurinominal de todos os integrantes da carreira.

QUESTÃO 34

São inelegíveis para o cargo de Procurador-Geral de Justiça os membros do Ministério Público que se enquadrem nas situações abaixo, **EXCETO**:

- a) tenham-se afastado do exercício das funções, na forma prevista no art. 142 desta lei, no ano anterior à data da eleição.
- b) forem condenados por crimes dolosos, com decisão transitada em julgado; à data da eleição não apresentarem declaração de regularidade dos serviços afetos a seu cargo.
- c) estiverem inscritos ou integrarem as listas a que se referem os arts. 94, "caput", e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal, e art. 78, § 3º, da Constituição Estadual.
- d) estejam respondendo a processo disciplinar administrativo ou cumprindo sanção correspondente; mantenham conduta pública ou particular incompatível com a dignidade do cargo; estiverem afastados do exercício do cargo para desempenho de função junto a associação de classe.

QUESTÃO 35

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) O Colégio de Procuradores de Justiça estará habilitado a iniciar o procedimento de destituição do Procurador-Geral de Justiça se a Assembléia Legislativa não se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do pedido de autorização.
- b) O Colégio de Procuradores de Justiça decidirá, por maioria absoluta, acerca da admissibilidade da representação para a destituição do Procurador-Geral de Justiça, nos casos previstos nesta lei, desde que formulada por 1/3 (um terço) de seus integrantes ou, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos membros do Ministério Público em atividade, em sessão presidida pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância.
- c) Autorizada a proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão presidida pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância, constituirá, em votação aberta, comissão processante integrada por 3 (três) Procuradores de Justiça e presidida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
- d) Admitida a representação, a deliberação quanto à destituição do Procurador-Geral de Justiça será precedida de autorização da Assembléia Legislativa. O pedido de autorização para destituição do Procurador-Geral de Justiça, se aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça, será encaminhado à Assembléia Legislativa pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância.

QUESTÃO 36

Assinale a afirmativa **CORRETA**, relativamente ao julgamento de proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça:

- a) A presença à sessão de julgamento será limitada aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e ao seu defensor.
- b) Não sendo oferecida defesa, o Corregedor-Geral do Ministério Público designará data para instrução e julgamento à revelia, nos 10 (dez) dias subseqüentes.
- c) O Procurador-Geral de Justiça será cientificado, no prazo de 15 (quinze) dias, da proposta de destituição, podendo, em 10 (dez) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por defensor, e requerer produção de provas.
- d) Na sessão de julgamento, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, após a leitura do relatório da comissão processante, o Procurador-Geral de Justiça, pessoalmente ou por defensor, terá 30 (trinta) minutos para produzir defesa oral, deliberando, em seguida, o Colégio de Procuradores de Justiça pelo voto fundamentado de 2/3 (dois terços) de seus membros.

QUESTÃO 37

Além das funções previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Constituição Estadual e em outras leis, incumbem, ainda, ao Ministério Público, as atribuições abaixo.

Assinale a alternativa que **NÃO** enuncia **corretamente** tais atribuições:

- a) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei, para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem.
- b) Manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais; ingressar em juízo, se provocado, e em caráter supletivo, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados pelo Tribunal de Contas; exercer a fiscalização de cadeias públicas, dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência; deliberar sobre a participação em organismos estatais de política penal e penitenciária, do consumidor, de direitos humanos, do meio ambiente, neste compreendido o do trabalho, e outros afetos à sua área de atuação.
- c) Propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição Estadual, inclusive por omissão e o respectivo pedido de medida cautelar; representar ao Procurador-Geral da República para a arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face da Constituição Federal; promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para efeito de intervenção do Estado nos municípios.
- d) Zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal e em outras leis, promovendo as medidas judiciais e administrativas necessárias à sua garantia; promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei, para proteção, prevenção e reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e aos direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos.

QUESTÃO 38

Assinale a afirmativa **INCORRETA**, relativamente ao julgamento da proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça:

- a) A sessão poderá ser suspensa, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, para a realização de diligência requerida pelo Procurador-Geral de Justiça ou por qualquer membro do Colégio de Procuradores de Justiça, desde que reputada, por maioria de votos, imprescindível ao esclarecimento dos fatos.
- b) Na hipótese de rejeição da proposta de destituição, o Presidente da sessão determinará o arquivamento dos autos do procedimento. Acolhida a proposta de destituição, o Presidente da sessão, em 48 (quarenta e oito) horas, encaminhará os autos à Assembléia Legislativa, que decidirá, por maioria absoluta, na forma do seu Regimento Interno.
- c) O Procurador-Geral de Justiça ficará afastado de suas funções, no procedimento de destituição, desde a aprovação do pedido de autorização pelo Colégio de Procuradores de Justiça, na forma e com a devida ressalva desta lei, até final decisão da Assembléia Legislativa.
- d) O período de afastamento não será contado como de exercício do mandato.

QUESTÃO 39

Assinale a afirmativa **INCORRETA**, com base na Constituição do Estado de Minas Gerais:

- a) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- b) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço público federal, estadual e municipal.
- c) É estável, após dois anos de efetivo exercício, o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- d) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço público federal, estadual e municipal, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

QUESTÃO 40

Assinale a afirmativa **INCORRETA**, com base na Constituição do Estado de Minas Gerais:

- a) Administração pública indireta é a que compete, entre outros, à empresa pública.
- b) Administração pública indireta é a que compete, entre outros, à fundação pública.
- c) Administração pública indireta é a que compete, entre outros, à sociedade de economia mista.
- d) Administração pública direta é a que compete a órgão de qualquer dos Poderes do Estado e à autarquia, de serviço ou territorial.